



Índice

- 01** Sananduva: confronto entre índios e produtores termina com quatro feridos e dois presos
- 02** Casa do Índio em Cascavel precisa de R\$ 500 mil para construção
- 03** A violência contra os indígenas no Brasil
- 04** Urgente: golpe parlamentar contra direitos indígenas é grave ameaça à Constituição
- 05** Mais de 500 indígenas do estado realizaram cadastramento biométrico
- 06** Justiça considera válido licenciamento ambiental de Belo Monte
- 07** Questão indígena pode complicar em agosto – diz governador do MS
- 08** PLP 227: Banditismo e golpe parlamentar contra os direitos indígenas e a Constituição
- 09** Dilma: Dois pesos e duas medidas
- 10** O Papa, o Pai-Nosso e a Fada Tupi



Sananduva: confronto entre índios e produtores termina com quatro feridos e dois presos

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 15.07.2013

Comunidade indígena invadiu terras na semana passada alegando demora em demarcações

A Brigada Militar (BM) confirmou quatro feridos durante desentendimento entre indígenas e proprietários rurais de Sananduva, no Nordeste gaúcho. Conforme a polícia, em circunstâncias ainda não esclarecidas, os dois grupos discutiram e houve agressões. Um índio e um produtor foram presos portando arma de fogo e encaminhados à Polícia Civil.

De acordo com a BM, ninguém ficou ferido em estado grave. O deputado Altemir Tortelli, que está em Sananduva, comentou que o produtor Ademir Benetti foi transferido para o hospital de Passo Fundo, mas não soube precisar a gravidade do ferimento. Os nomes dos demais agredidos ainda não foi divulgado.

A comunidade de Sananduva, no Nordeste do Estado, decidiu na semana sexta-feira fazer uma vigília na propriedade rural invadida na segunda-feira por dezenas de índios, no interior do município. O confronto ocorreu nas proximidades do local, na comunidade de São Caetano.

A reintegração de posse da terra invadida, de três hectares, reivindicada pela Associação dos Produtores Rurais de Cacique Doble e Sananduva, está sendo apreciada na justiça federal de Erechim.

Os índios dizem haver demora no processo de demarcação de áreas da região já declaradas em portaria federal como reserva indígena. Cerca de 163 famílias são proprietárias das terras envolvidas na disputa, num total de 1,9 mil hectares.

Fonte: Samuel Vettori / Rádio Guaíba



Casa do Índio em Cascavel precisa de R\$ 500 mil para construção
SÍTIO CATVE, 15.07.2013

Espaço seria solução para situação de indígenas que vivem na cidade

A questão é antiga, polêmica e de difícil solução. O vai e vem dos índios da aldeia para a cidade se transformou em problema e agora eles chegam a passar mais tempo na rodoviária do que na aldeia.

E o problema se instalou mesmo na rodoviária, onde os índios armam o verdadeiro acampamento e passam dias a fio. Nesta história o mais delicado de tudo é a situação em que vivem as crianças indígenas: fome, sede, frio e perigo.

O Brasil é um país repleto de leis, a maior parte delas inaplicáveis e uma das mais respeitadas é o Estatuto da Criança e do Adolescente, extremamente protecionistas, mas não para estes brasileirinhos.

No Trevo Cataratas elas se arriscam o tempo todo, circulam de carro em carro pedindo dinheiro enquanto as mães ficam sentadas, alheias ao perigo das crianças. Para o Conselho Tutelar o risco de fato existe, mas o órgão se vê de mãos atadas.

Em 2009 um termo de ajustamento de conduta foi celebrado e logo revogado. O Estatuto do Índio e o Estatuto da Criança e do Adolescente entraram em conflito, a esperança para amenizar a situação é a construção da casa do índio. A área já está definida, os projetos prontos o que falta são os recursos, R\$ 500 mil.



A violência contra os indígenas no Brasil

SÍTIO INSTITUTO CARBONO BRASIL, 16.07.2013

Quem passa pelas ruas do centro de Florianópolis já naturalizou a cena de famílias indígenas sentadas nas esquinas principais, com seus cestos, bichinhos de madeira e crianças. Poucos são os que percebem a presença humana. Alguns, ao notar, fazem aquela cara típica de quem está incomodado. Aquelas caras morenas, aqueles pés descalços e aquelas crianças ranhentas significam exatamente isso: um incômodo. No máximo, conseguem alguma comiseração. Nada mais que isso.

Os índios Guarani, que vivem nas proximidades de Florianópolis, seja em Biguaçu ou no Morro dos Cavalos, vivem a mesma triste realidade dos irmãos de outras etnias no Brasil. Sem terras boas, perdidos de sua cultura num mundo que nem os integra nem os aceita, precisam sair das aldeias para trocar as belezas que fabricam por dinheiro. Muitas vezes, são esses minguados trocados garantidos pelas mulheres que permitem a sobrevivência. Tutelados pelo estado, mas sem uma assistência digna, as mais de 240 etnias brasileiras vivem em constante combate com o poder público bem como com o agronegócio, disposto a roubar tudo o que resta de terra indígena para o monopólio da soja, da cana ou do gado. E, nessa batalha, o índio acaba sendo sempre a parte mais fraca. Roubado, assassinado, destruído, apagado da história.

O relatório da violência contra os povos indígenas no Brasil produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é a prova mais concreta dessa realidade. O trabalho levanta todos os enfrentamentos e retrocessos vividos pelos indígenas no ano de 2012, espaço de tempo em que se percebe uma brutal intensificação da violência, seja ela física ou institucional.

Foi em 2012 que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a Emenda Constitucional 215, um tremendo retrocesso legal articulado pelas bancadas dos ruralistas e dos evangélicos. Com essa emenda fica na mão dos deputados a decisão sobre a titulação das terras não só dos indígenas, mas também dos quilombolas. Ora, essas bancadas são as representações do capital internacional concretizados em empresas como a Monsanto, Bayer, Syngenta, Cargill e outras, todas ligadas ao agronegócio, que vem abrindo novas fronteiras agrícolas em estados como o Mato Grosso do Sul e Amazônia, espaços onde ainda têm muito índio. Daí a necessidade de ter o controle das demarcações. Muitas têm sido as manifestações contrárias por parte dos indígenas, mas a coisa avança. Até porque, as demais entidades de movimentos populares e sindicais não conseguem assumir essa causa como sua. São pautas que ficam na periferia dos movimentos enquanto os índios resistem em quase completa solidão.

Também no ano de 2012 a Advocacia Geral da União publicou uma portaria, a 303, na qual apresenta uma interpretação sobre as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal no que diz respeito à terra indígena Raposa Serra do Sol (Pará), estendendo as mesmas para todas as áreas e retroativamente, o que significa que qualquer demarcação já

CONT.



realizada pode ser revista a qualquer momento. De novo aí estão agindo as grandes empresas internacionais do agronegócio em parceria com a oligarquia rural local. Desde aí, tem havia momentos importantes de levantamentos indígenas, de luta, protesto, manifestação. Tudo isso enfrentado com violência estatal e empresarial, ocasionando mortes e desaparecimentos.

A situação chegou a tal ponto que, no Mato Grosso do Sul, onde estão centenas de indígenas esperando demarcação de terras, vivendo na beira de estradas, um grupo de Guaraní-Kaiowá precisou lançar um manifesto anunciando a decisão de morrer coletivamente se preciso fosse para que o governo acordasse um mínimo diante da tragédia das gentes. A reação internacional, bem mais que nacional, reacendeu o problema da demarcação de terras, mas ainda que a comoção tomasse conta do país por algum tempo, logo essa pauta deu lugar a outros temas, e tudo seguiu como antes. Nada resolvido, apenas a fria e decisiva violência contra as populações.

No relatório do CIMI, os números falam alto. Os governos de Lula e Dilma Roussef foram os que menos homologações de terra fizeram desde o primeiro governo civil, na década de 80. Sarney homologou 67 áreas e Lula 79. Dilma realizou apenas 7 homologações, embora existam hoje 339 terras indígenas já identificadas sem que qualquer providência tenha sido tomada. Isso sem falar das outras 293 áreas em processo de estudo. Fica clara, portanto, a completa omissão do governo federal diante da tragédia vivida pelas famílias indígenas. Também no ano de 2012 aumentaram os casos de conflitos e mortes envolvendo indígenas, fruto das invasões efetuadas por fazendeiros para a exploração ilegal de recursos naturais. Foram 62 ocorrências contra 42 em 2011.

O caso mais dramático de violência estatal foi o ataque à aldeia do povo Munduruku, no Pará, onde a polícia federal invadiu a comunidade, destruiu moradias, escola, o posto de saúde, os barcos, o sistema de comunicação e todos os instrumentos de trabalho dos indígenas. O pretexto para isso foi o de que os indígenas estavam praticando garimpo ilegal. Na ação, que foi pródiga em espancamentos, acabou assassinado um jovem índio, Adenilson, praticamente executado com um tiro na cabeça. Na verdade, o povo Munduruku tem sido uma pedra no sapato do governo e do agronegócio na medida em que trava uma feroz batalha contra as hidrelétricas planejadas para o rio Tapajós. A ação violenta da PF foi uma intimidação e mesmo que tenha sido brutal, resultando num morto, nada aconteceu. Fora isso ainda foram registrados mais 60 casos de indígenas mortos em conflitos provocados por fazendeiros ou estado, sendo que só o Mato Grosso do Sul é responsável por 32 assassinatos.

O fato é que os indígenas brasileiros estão colocados no meio de um processo que alguns economistas chamam de neo-desenvolvimentismo e que a mídia chama de progresso. Nesse universo estão as hidrelétricas, são 40 só na região amazônica, o alargamento da fronteira agrícola, a opção pela monocultura predatória, os interesses do agronegócio, a exploração de matéria primária como o minério. Tudo isso tem exigido a desocupação das terras onde vivem os indígenas. O argumento para isso é que eles estão travando o processo de crescimento e que é preciso que eles se sacrifiquem pela nação. Nada poderia ser mais cínico. E, nessa guerra de interesses o estado já provou que está ajoelhado diante dos grileiros de terra.

Enfim, o relatório cuidadosamente elaborado pelo CIMI é um relato de horrores que merece ser
CONT.



conhecido pelo povo brasileiro. Há que se tomar posição diante da nova onda explícita de destruição da vida e da cultura dos povos originários. Nunca é demais lembrar que essa gente já ocupava esse território bem antes de que chegassem aqui os portugueses e espanhóis, portanto, não é possível que se tente empurrar para baixo do tapete da história essa realidade. Hoje são quase um milhão de pessoas que se autodeclaram indígenas e eles têm todo o direito de ocupar suas terras originais, bem como viver sua cultura e definir como querem organizar a vida. Esse é um direito assegurado pela Constituição e deveria ser um imperativo ético. A esfarrapada desculpa do progresso não se sustenta, uma vez que as benesses desse "progresso" são dirigidas a um pequeno e específico grupo: o do agronegócio. Ou seja, uma gente que sequer produz comida para a mesa das gentes.

As grandes mobilizações que acontecem hoje no Brasil carregam as mais variadas bandeiras, mas poucas são as que expõem a tragédia vivida pelos povos indígenas. Há que montar uma grande rede de solidariedade, caminhando para uma articulação concreta das lutas. A batalha dos indígenas por seu território é também a batalha da gente por harmonia e equilíbrio. Não há como separar o drama da destruição da Amazônia da nossa vida cotidiana, pois cada folha que cai no norte provoca algo no sul. É a lei da natureza. Tudo está ligado. O relato da violência contra os povos indígenas no Brasil é, como sempre, um grito lancinante. O que se espera é que ele não fique no vazio.

Artigo publicado no blogue Palavras Insurgentes, da jornalista Elaine Tavares e reproduzido pelo EcoDebate, 16/07/2013

Urgente: golpe parlamentar contra direitos indígenas é grave ameaça à Constituição
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 15.07.2013

Márcio Santilli, ISA



Reunião do colégio de líderes da Câmara onde foi sacramentada a manobra para colocar em votação regime de urgência do PLP 227 | Rodolfo Stuckert – Ag. Câmara

A manobra urdida no “colégio de líderes” da Câmara dos Deputados, na semana passada, e que ainda poderá se consumir, nesta semana, pretende revogar, sem qualquer discussão, o capítulo “Dos Índios” da Constituição brasileira. Trata-se de um requerimento para se votar, em regime de urgência, um projeto de lei complementar (PLP) que permite legalizar latifúndios, implantar assentamentos de reforma agrária, abrir estradas, construir hidrelétricas e cidades, explorar minérios e outros recursos naturais em terras indígenas (saiba mais).

O parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição prevê a edição de uma lei complementar para regular as situações extremas em que o “relevante interesse público da União” imponha a exceção ao direito dos índios de usar, de forma exclusiva, seu território. Pois o projeto de lei em foco pretende travestir o interesse de proprietários de terra e de outros grupos econômicos em interesse público do próprio Estado.

Mas, se é que é possível, a aberração no processo legislativo em curso é ainda mais grave que o conteúdo de verdadeiro estupro aos direitos constitucionais dos índios. O tal PLP, de número 227/2012, havia sido aprovado na manhã da última quarta-feira pela Comissão de Agricultura e, no começo da tarde, já havia um requerimento assinado por vários líderes de partidos que, provavelmente, não leram o que assinaram. A comissão piorou um projeto oligárquico de autoria do deputado Homero Pereira (PSD-MT) e relatado pelo deputado Moreira Mendes (PSD-RO), ambos fazendeiros e membros da bancada ruralista.

O mais incrível é que a obra corporativista e inconstitucional da Comissão de Agricultura recebeu apoio de partidos políticos, foi avalizada pelo presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), e pelo líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), para que fosse imediatamente votada em plenário, sem qualquer discussão, sem a análise de quaisquer outras comissões e, pelo jeito, sequer com leitura! Como é possível aceitar que a Câmara altere o sentido da Constituição, em horas, por meio de um subterfúgio legislativo?

Henrique Alves tem uma dívida ética, pois, ao avalizar a manobra espúria, rompeu o acordo público feito com representantes dos povos indígenas, que haviam ocupado o plenário da

CONT.



Câmara em abril, após a ameaça de instalação de uma Comissão Especial para emendar o artigo 231 e paralisar a demarcação de terras no Congresso. Alves havia constituído uma comissão de negociação que deveria decidir sobre o encaminhamento de proposições legislativas de interesse dos índios. Assim mesmo, decidiu-se pela traição.

Pior ainda está sendo a falha ética do governo, pois a manobra ocorreu na mesma hora em que a presidente Dilma recebia 20 representantes indígenas no Palácio do Planalto para, supostamente, iniciar um diálogo direto, nunca experimentado em seu mandato. Pouco antes dos índios serem recebidos e o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, conceder entrevista expressando restrições ao PLP, o advogado-geral da União, Luís Adams, e a ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman, orientavam o líder do governo a apoiar o regime de urgência para votar o projeto e rifar os direitos indígenas a toque de caixa. Esta proposta faz parte de um pacote de iniciativas que tem o mesmo objetivo, como a PEC 237, apresentada este ano e que permite a concessão da posse de até 50% de uma terra indígena por produtores rurais.

Observadores da cena perguntam-se se foi a presidente Dilma que tomou uma facada nas costas por parte dos seus próprios ministros, ou se foi ela que a aplicou nas costas dos índios.

Uma coisa é certa: se a manobra consumir-se, com a aprovação em regime de urgência do estupro aos direitos dos índios, a presidente e o presidente devem esperar por uma dura resposta.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Janete Melo.

Mais de 500 indígenas do estado realizaram recadastramento biométrico
SÍTIO RONDÔNIA VIP, 16.07.2013



Eleitores indígenas das aldeias de Rio Negro e Santo André, em Rondônia, realizaram o recadastramento biométrico pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Uma equipe do órgão foi até as aldeias para atender mais de 500 eleitores indígenas, que atualizaram seus títulos.

A equipe do TRE, composta por dois pilotos da Fundação Nacional do Índio (Funai), dois servidores do cartório, dois professores, um indígena e um servidor da secretaria do TRE, levou 8 horas de voadeira (pequena embarcação) para chegar até as aldeias.

A presidente do TRE, desembargadora Ivanira Feitosa Borges, disse que parcerias com instituições públicas e privadas facilitaram o acesso às localidades, buscando ampliar o aparato logístico do recadastramento biométrico. Uma das parcerias possibilitou a operação de recadastramento realizada em Surpresa, distrito de Guajará-Mirim (RO), no fim de junho de 2013.

Para recadastrar os eleitores do distrito distante cerca de um dia em locomoção de barco da sede do Cartório Eleitoral, o tribunal fechou parceria como Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), possibilitando o deslocamento de servidores e de todo o maquinário necessário para o atendimento dos eleitores da localidade.

Fonte: G1



Justiça considera válido licenciamento ambiental de Belo Monte

SÍTIO UOL, 15.07.2013

Luciano Nascimento

Da Agência Brasil, em Brasília

A Justiça considerou legais os procedimentos usados para o licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. A decisão da 9ª Vara da Seção Judiciária do Pará julgou improcedente o pedido do Cimi (Conselho Indigenistas Missionário) para paralisar as obras sob o argumento de que seria necessário aguardar a elaboração de uma lei específica sobre exploração de potenciais projetos energéticos dentro de terras indígenas, conforme determina o Artigo 176 da Constituição Federal. O juiz Marcelo Honorato considerou que a paralisação da obra atenta contra a ordem e a economia públicas.

Segundo o Cimi, a obra afeta as terras indígenas de Paquicamba e Arara da Volta Grande, prejudicando a navegação, pesca e a realização de rituais das comunidades indígenas e ribeirinhas da região. A entidade também argumenta a insuficiência dos estudos e das medidas mitigadoras sobre a qualidade e vazão da água do reservatório e do leito do rio.

A decisão, expedida na última quarta-feira (10), considerou a argumentação da AGU (Advocacia-Geral da União). O órgão explica que o empreendimento será construído fora de território indígena e por isso não precisa de nova legislação. "Não se pode confundir a localização do empreendimento com a área de abrangência dos impactos ambientais causados por ele", diz um trecho da decisão.

Segundo a AGU, os estudos de licenciamento estabeleceram diversas medidas mitigatórias e compensatórias voltadas a minimizar os impactos sobre o modo de vida tradicional das populações locais e garantir equilíbrio às terras indígenas que estão próximas da usina.

O advogado do Cimi, Adelar Cupsinski, disse que a entidade vai recorrer da decisão até a próxima semana. "Nós vamos entrar com um recurso de apelação até a próxima semana e levar este debate para uma instância colegiada, disse à Agência Brasil.



Questão indígena pode complicar em agosto – diz governador do MS

SÍTIO LINHAS LIVRES, 15.07.2013

Problema indígena em Sidrolândia vai 'explodir' em agosto, diz governador

Vinícius Squinelo

Para o governador André Puccinelli (PMDB), a situação entre indígenas e produtores rurais na região de Sidrolândia está por um fio e vai 'explodir' no dia 5 de agosto, prazo pedido pelo Governo Federal para resolver a situação.

"Estamos sem ação do governo federal, que ficou de analisar o valor das terras, mas ainda não o fez", relatou Puccinelli, durante entrevista na FM Capital, na manhã desta segunda-feira (15). Depois de conflitos, que resultaram na morte de um indígena, a União entrevistou na região de Sidrolândia, inclusive com auxílio da Força Nacional, e pediu até o dia 5 de agosto para estudar alternativas de solucionar o problema.

Na opinião de Puccinelli, a 'paz' entre indígenas e produtores rurais pode acabar justamente no dia 5 de agosto, caso o governo federal não apresente nenhuma solução definitiva para a questão.

Pelo estado

O governador ainda disse acreditar que o problema indígena deve ser estudado e resolvido pontualmente em cada região. "A solução da Jaguapiru e Bororó (em Dourados), por exemplo, é mudar de lugar e ir para uma área maior, porque onde está não tem mais espaço", opinou. (Fonte: Midiamax News).



PLP 227: Banditismo e golpe parlamentar contra os direitos indígenas e a Constituição

SÍTIO CIMI, 15.07.2013

De forma ardilosa, líderes partidários da Câmara dos Deputados (PMDB, PP, PSDB, PSD, PSC, PTB e DEM) requisitaram que se vote com urgência, sem leituras ou mais discussões, um projeto de lei que visa liquidar com o artigo 231 da Constituição Federal – “Dos Índios”. A temporada de ataque aos direitos indígenas parece não ter fim com o requerimento assinado pelos líderes.

O PLP 227/2012, de relatoria do deputado ruralista Moreira Mendes (PSD-RO), pretende legalizar o esbulho das terras indígenas, bens da União, em benefício de latifúndios (agronegócio) privados, estradas e execução de projetos hidrelétricos, expansão urbana, extração de minérios e toda sorte de infortúnios que tal processo costuma carregar em seu ventre de desgraça.

As artimanhas do projeto de lei estão no fato de que seus autores buscam usar o próprio artigo 231, em seu parágrafo 6º, para consumir mais um decreto de extermínio contra os indígenas – o parágrafo prevê lei complementar impondo exceções ao direito de uso exclusivo dos indígenas das terras tradicionais em caso de relevante interesse público da União.

O foco, não obstante, está nas terras indígenas tituladas ou concedidas a particulares não-indígenas antes de 5 de outubro de 1988, batendo na tecla do marco temporal, inexistente conforme entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal. O presidente da casa, deputado Henrique Alves (PMDB/RN), é quem decidirá se o requerimento de urgência entrará ou não na pauta. Confiamos no bom senso do parlamentar em não aceitar mais uma forma encontrada pelos ruralistas de desestabilizar a relação da Câmara dos Deputados com os povos indígenas.

Fica nítida a intenção de transformar o antídoto contra a espoliação das terras indígenas em veneno para corroer direitos garantidos pelo Estado brasileiro depois de séculos de assassinatos, torturas, roubos e mortes contra os povos indígenas. Com o projeto de lei, aquilo que é de relevante interesse da União passa a atender interesses privados de ruralistas (latifundiários, fazendeiros, agrobandeirantes) e toda rede do agronegócio, além de barrageiros, construtoras, madeireiros, mineradoras e os oportunistas de plantão. Enfim, as quadrilhas de sempre.

É flagrante o golpe em curso, de acordo com consenso das organizações indígenas e indigenistas. Primeiro por conta do regime de urgência, que aliena qualquer discussão e a possibilidade do argumento contrário dos principais atingidos, os povos. Segundo porque se utiliza um instrumento do sistema político democrático de forma autofágica, ou seja, é um golpe contra o próprio sistema. Trata-se de banditismo também, pois como o mais exímio batedor de carteiras a bancada ruralista pretende surrupiar dos povos indígenas algo que lhes pertence e garante a vida plural dentro da nação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 124 / 2013

Brasília, 16 de julho de 2013.

O PLP 227 é parte da tática ruralista em atacar, com a tramitação de vários projetos de leis e de emendas à Constituição, o direito de ocupação e permanência dos indígenas em suas terras tradicionais. Os estrategistas de tamanho ataque são figuras como o deputado ruralista Paulo Cesar Quarteiro (DEM/RR), o eterno recalcado pela homologação da Terra Indígena Serra do Sol (RR).

Conforme matéria do jornal O Globo (edição do último domingo, dia 14), o parlamentar sugeriu, em reunião numa mansão de Brasília, um golpe para garantir a deposição da presidente Dilma e imediatas novas eleições, nos mesmos moldes do ocorrido no Paraguai contra Fernando Lugo. É esse tipo de mentalidade que pretende saquear as terras indígenas e as áreas de preservação ambiental, transformando o interesse público em parque de diversões das vontades de alguns grupos econômicos.

Mais uma vez a Convenção 169 da OIT é violada, porque todo projeto que afete as terras indígenas precisa ser precedido de consulta prévia. A urgência pedida pela bancada ruralista é então um escárnio completo. O Cimi espera que os parlamentares, sobretudo o presidente Henrique Alves, não cedam ao desatino de tal proposta, percebam a sobreposição do interesse privado ao público e tomem uma atitude "republicana" com a rejeição o PLP 227/2012 e sua descabida urgência.

A sociedade brasileira não pode aceitar que o Congresso Nacional transforme atos de relevante interesse público da União em quintais do latifúndio privado no país.

Conselho Indigenista Missionário – Cimi

Brasília, 15 de julho de 2013

Dilma: Dois pesos e duas medidas

SÍTIO A CRÍTICA, 14.07.2013

Artigo

Edição 1647



Gilson Cavalcanti Ricci (*)

Perdoe-me leitor amigo, mas não vou me calar diante do clamoroso escárnio a Mato Grosso do Sul perpetrado pelo governo federal na questão indígena. Não sou e nunca fui produtor rural, mas sofro no íntimo a afronta que eles vêm sofrendo ao serem vilipendiados por hordas de índios vândalos, que invadiram suas propriedades, destruíram benfeitorias e expulsaram suas famílias, semeando o terror, desdenhando de liminares de reintegração de posse, enquanto a presidente Dilma Roussef passivamente os protege, oferecendo aos proprietários proposta de compra das terras esbulhadas, meramente para amansar a fúria dos indígenas invasores – como um presente caído do céu para eles!

Entretanto, em represália à greve dos caminhoneiros ocorrida dias atrás, Dilma endureceu, ameaçando-os de agir com rigor caso não liberassem as rodovias, declarando alto e bom som frente as câmaras de televisão de todo o País: “meu governo não admite baderna”. Então dona Dilma demonstra ser o tipo de pessoa que o vulgo denomina de “duas caras” – aquela que não confirma à tarde o que disse pela manhã -. Não temo ser mal interpretado nesse meu raciocínio, mas o procedimento dela na tumultuada questão das invasões indígenas no MS, dão-me total liberdade para chegar a esta conclusão sobre a personalidade da “presidenta”.

Não tolerou o protesto dos caminhoneiros nas estradas, mas premia o vandalismo dos índios contra ativos produtores de divisas para o MS, e para o País, os ordeiros produtores rurais de Mato Grosso do Sul, fiéis cumpridores da lei e contribuintes de vultosos tributos ao erário público. Dilma, como mandatária maior do Brasil, não deveria jamais agir em ambos os casos com dois pesos e duas medidas, ao prestigiar índios baderneiros, enquanto desprestigiou os caminhoneiros em greve.

Observo que o povo brasileiro ainda define os produtores rurais como pessoas abastadas, donas de grandes latifúndios rurais, como eram no passado seus ancestrais, possuidores de imensas lavouras de café, e de grandes rebanhos de gado. Atualmente, muitos produtores rurais são pessoas humildes, que lutam na terra pela sobrevivência, como os produtores rurais de Sidrolândia e Aquidauana, donos de pequenas propriedades produtivas, muitas das quais não ultrapassam a trezentos hectares.

Observo também que os índios sempre dominaram a mente dos brasileiros como pessoas indefesas, vitimadas pela ganância dos poderosos, o que na verdade jamais ocorreu em nosso Estado. Já não são mais silvícolas arredios como seus antepassados, que não dispunham de raciocínio para entendimento dos atos da vida civil, o que deu motivo à criação de um órgão governamental para protegê-los, a FUNAI.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 124 / 2013

Brasília, 16 de julho de 2013.

Adquiriram já suficiente desenvolvimento intelectual, que os habilita legalmente ao exercício da vida civil, não necessitando mais das amarras da tutela do governo. Ativos e fluentes, estão à frente de seus próprios negócios, longe dos olhos da tutora FUNAI - como procedem agora em Brasília, ao obrigar o governo federal a ceder a seus ímpetos guerreiros, para coagir os proprietários a venderem na marra a terra esbulhada. A compra do imóvel nestas circunstâncias é ato coercitivo de má-fé explícita do comprador, e renúncia do vendedor a um bem de sua estima, tradicionalmente pertencente à sua família.

(*) O autor é advogado



O Papa, o Pai-Nosso e a Fada Tupi

SÍTIO DM24, 14.07.2013

Na próxima semana, no Rio, o papa reará o pai-nosso traduzido em 26 idiomas, o que é uma forma de prestigiá-los. Acontece que nenhum deles é nativo do Brasil, embora o país abrigue hoje mais de 180 línguas indígenas. As línguas oficiais da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) são indo-europeias – inglês, francês, alemão, espanhol, português, italiano e polonês, que serão usadas na catequese, além de 19 idiomas, entre os quais coreano, russo, croata, letão, árabe e até o turco. Das línguas daqui, nem sequer o guarani, que é falado em seis aldeias fluminenses, fará parte do evento.

Se o papa não reza em guarani não é por ignorância da Igreja. No Arquivo Secreto do Vaticano, existem versões do pai-nosso em muitas línguas indígenas, incluindo a Língua Geral de base tupi, que já foi a língua de catequese. Neste Arquivo podem ser encontrados catecismos, sermões, hinos e orações também em guarani, que hoje continua sendo falado em dez estados do Brasil, no Paraguai, na Argentina, na Bolívia e até mesmo no Uruguai, onde o Estado finge que não existe.

Por sua importância, por ser um ponto de união entre vários países da América do Sul, o guarani foi declarado, em novembro de 2006, idioma oficial do Mercosul, “em igualdade de condições com o português e o espanhol”. Tal decisão obriga a tradução dos documentos para o Guarani, que dois anos antes já havia sido declarado “idioma oficial alternativo da Província Argentina de Corrientes”. No Brasil, os municípios de Tacuru e Paranhos, ambos em Mato Grosso do Sul, adotaram o guarani como segunda língua oficial.

Oré Ubá

Mesmo assim, os milhares de peregrinos que serão distribuídos pelas paróquias do Rio sairão do Brasil sem saber que visitaram um país multilíngue, porque a operação logística montada pela organização da JMJ contempla tradutores e smartphones com aplicativos de tradução sonora apenas para as línguas estrangeiras, deixando de fora as línguas nacionais.

Historicamente, a tradução de orações para línguas indígenas causou confusão. Por isso, se o papa Francisco, que é da Argentina onde se fala guarani, fosse reza nessa língua, teria que evitar versões do pai-nosso feitas por seus confrades jesuítas, que cometeram erros primários. Pai-nosso, por exemplo, foi traduzido como oré ubá, o que obrigou os índios a excluir do seu convívio a figura de um Deus Pai, cuja paternidade era questionável, e de um Deus Filho para sempre incompreendido. Tanto o oré como o ubá são problemáticos.

É que ali onde a língua portuguesa tem apenas uma forma para o possessivo, o tupi antigo possui duas: quando o ‘nosso’ inclui a pessoa com quem estou falando, tenho que usar ‘iandé’ ou ‘nhandé’. Já quando excluo o interlocutor, uso oré. O tupi parece mais adequado a um

CONT.



discurso de transparência. No caso das emendas orçamentárias, na hora de pedir verba, seus autores usariam o inclusivo nhandé: a verba pública é nossa (minha e tua), mas na hora de aplicá-la e embolsá-la, o exclusivo oré é mais indicado, porque segue a lógica do Mateus: primeiro o meu, depois os teus.

Usar o oré no pai-nosso não permite que quem reza junto compartilhe o mesmo pai. Se o papa rezar em guarani dessa forma, estará dizendo aos índios “pai nosso que não é de vocês”, o que pensando bem talvez seja o mais correto, afinal o tradutor pode ter escrito certo por linhas tortas. A voracidade com a qual o agronegócio abocanha as terras indígenas com a cumplicidade do poder político permite que os índios duvidem se compartilham o mesmo pai com Kátia Abreu, católica fervorosa.

Anga e Ceiuci

Além disso, se na Oração do Senhor o papa chamar ‘pai’ de ‘ubá’, a confusão aumenta, porque a estrutura de parentesco tupi obedece a princípios diferentes dos nossos. Lemos Barbosa diz que ‘ubá’ não tem correspondente em português, porque denomina tanto o ‘pai’ como o ‘irmão do pai’, da mesma forma que ‘filho’ não tem equivalente em tupi, pois ‘ayra’ ou ‘rayra’ significa também ‘filho do irmão’, ou seja sobrinho paterno, e por outro lado exclui o filho da irmã.

Quando se trata do “filho de Deus”, então, a questão se complica ainda mais, por envolver valores morais, tabus e preconceitos. Um exemplo ilustrativo ocorreu com a tradução de ‘imagem do filho de Deus’ para “Tupã tay raangaba”. Segundo Teodoro Sampaio, essa tradução foi feita para evitar a palavra rayra cujo significado é sêmen.

Por não conseguirem transferir toda a carga de significados de uma cultura a outra, reduziram e deformaram a diversidade cultural e ambiental. O papa Francisco teria dificuldades com a tradução de palavras como ‘alma’ (anga), ‘céu’ (ybaka), yasy (lua), ara (dia ou tempo), mano (morrer), etc, como observa o padre Lemos:

“Os dicionários podem dizer que ‘anga’ significa ‘alma’. Mas o conceito de ‘alma’ é diferente do de ‘anga’, tanto em compreensão como em extensão. Nós atribuímos à ‘alma’ características (por exemplo, a imaterialidade) que não cabem no conceito indígena de ‘anga’. Por outro lado, o índio fala na ‘anga do vento.’

Couto de Magalhães enfrentou obstáculos, em 1865, no Tocantins, quando um tuxaua Anambé lhe narrou a história da figura lendária de Ceiuci – uma velha gulosa que vivia eternamente com fome – e que alguém traduziu como “fada indígena”, o que o deixou insatisfeito. Ele critica a versão do pai-nosso por não ter qualquer significado para os índios.

Diante de tantas dificuldades, é melhor mesmo que o Papa não reze em guarani. Embora a paróquia do Divino Espírito Santo, que vai receber chineses na JMJ, fique bem ali, ao lado da aldeia Maracanã, onde funcionou o antigo Museu do Índio, deixemos que rezem em mandarim e em cantonês. Os guarani já tem seu Evangelho.